

APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

Este documento apresenta as principais recomendações saídas do XXVº Conselho de Paz, reunido entre os dias 21 e 25 de maio de 2025, no setor de Canchungo, Região de Cacheu.

O Conselho de Paz consiste na Assembleia Representativa Nacional que reúne os 11 Grupos de Kumpuduris di Paz (GKP), sediados e atuantes nas diferentes regiões administrativas da Guiné-Bissau, a rede das Juventudes partidárias e é alargado as organizações parceiras neste caso a Rede de África Ocidental de Edificação de Paz na Guiné-Bissau (WANEP-GB).

Sendo órgão consultivo, o Conselho de Paz, faz o seguimento, avaliação e progresso das atividades desenvolvidas pelos Grupos di Kumpuduris di Paz (GKP) junto à população, e com vista à consolidação da paz e ao progresso do país. E durante o encontro:

- i) são apresentadas recomendações, sobre o desenvolvimento e a eficiência dos Grupos;**
- ii) são igualmente apresentadas as recomendações da população nas atividades desenvolvidas nas diferentes localidades do país;**

Os GKP, em parceria com o Projeto Fórum de Paz, executado pelo GTO-Bissau e o WFD e.V. da Alemanha, num desafio constante de consolidação de paz, trabalham afincadamente na consciencialização dos cidadãos e na institucionalização do aparelho de Estado para a transformação pacífica de conflitos, com a finalidade de enraizar a democracia participativa, baseada nas capacidades locais para a paz e coesão social permitindo o acesso justo aos recursos.

A fim de, alcançar os objetivos preconizados, foram realizadas atividades relacionadas à:

- Promoção da igualdade de género;
- Educação para a cidadania;
- Monitorização do processo eleitoral e mediação comunitária de conflitos;

Encontro durante o qual, os delegados partilharam pontos de situação e impacto de dois grandes eventos de relevo:

- i) Fanadu di Cidadania - que consiste em um treinamento de jovens que pela primeira vez participam no pleito eleitoral;**
- ii) Intercâmbios regionais de teatro legislativo – partilha de peças de teatro referente aos conflitos de relevância nacional;**

Durante o 25º Conselho de Paz- Canchungo, foi possível, realizar um inquérito exaustivo em diferentes campos de observações: Educação, Saúde, Força de Defesa e Segurança, Justiça, Económia e Desenvolvimento, Política e Governação, Culturas, Comunicação (4º Poder), Religiões, Juventudes Partidárias e Gestão dos Recursos Naturais.

As atividades supracitadas e mais especificamente o monitoramento dos campos de observação, foi possível aos delegados constatar o seguinte:

1. Aumento de preço de produtos de primeira necessidades no mercado nacional
2. Baixa de preço de castanha de caju de 500f para 400francos
3. Aumento de criminalidade
4. Greve nos setores de justiça, educação e saúde),
5. Agudizar de crise política com ênfase nas eleições do Supremo Tribunal de Justiça, e a designação da Vice presidente da ANP pelo Presidente.
6. Caducidade de membros do Secretariado Executivo de Comissão Nacional de Eleições
7. Conflitos comunitários (de posse de terra, práticas de feitiçaria, infanticídio, de liderança etc)

As recomendações a seguir apresentadas, destinam-se a chamar a atenção às autoridades locais e centrais para a necessidade de soluções adequadas aos problemas identificados que podem comprometer a paz e a coesão social nas comunidades e de todo o país.

De salientar que, permite ainda, partilhar indicadores de maturidade e qualidade no voluntariado dos GKP e os níveis de aprendizagem, a experiência e conhecimentos complementares que pouco a pouco se vão obtendo com o relacionamento direto com os saberes locais para a abordagem e mediação de conflitos assim como na educação para a cidadania.

Delas se extrai as seguintes recomendações, direcionadas as autoridades locais e centrais:

A). NO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DA EDUCAÇÃO:

Os delegados, no âmbito da realização desta reunião do 25º Conselho de Paz, constataram junto da população da região de Cacheu margem sul, setor de Canchungo, paralisações no setor de educação devido as constantes greves nas escolas públicas. Embora muitas escolas douravante estão no regime de autogestão. Fuga de jovens quadros (os professores para estrangeiro), dando lugar a defice de docentes nas escolas, sobretudo no interior do país e partidarização das instituições de ensino, uso de drogas pelos alunos nas escolas coroadado pela falta de políticas públicas atenuantes ao fenómeno.

Neste âmbito, os delegados recomendam:

- ✚ Colocação dos professores e nomeação de pessoal dirigente mediante a realização de concurso público;
- ✚ Despartidarização das instituições de ensino e adoção de um fundo de maneo às escolas para atender as necessidades administrativas básicas;



- ✚ Diálogo permanente entre o governo e organizações sindicais e cumprimento das exigências para melhoria de condições de trabalho dos técnicos da educação;
- ✚ Adoção de políticas Públicas de incentivo a quadro de honra e aumentar vigilância e mecanismo de combate a delinquência nas escolas do país;

B). NO CAMPO DA SAÚDE:

Em face de greve constantes nos setores sociais, com maior recuperações nos hospitais e centros de saúde, o delegados anotaram ainda a partidarização das instituições e do sistema sanitário do país. Em algumas regiões, caso de Cacheu, setor de Canchungo por exemplo, o bloco operatório reabilitado e equipado com o apoio da Republica Popular de China não funciona e mantêm-se fechado devido a falta de técnicos qualificados, venda ilegal de medicamentos,. Pelo que, recomendam os seguintes:

- ✚ Diálogo permanente entre o governo e as organizações sindicais do setor de saúde;
- ✚ Reforçar a colaboração com parceiros nas formações especializadas e Colocação de técnicos de saúde nos hospitais e centros de saúde tendo em conta as necessidades reais do país e das populações;
- ✚ Afetação de ambulâncias, medicamentos e equipamentos para as áreas /regiões sanitárias do país;
- ✚ Realização de concurso público para a colocação e nomeação dos técnicos e de pessoal dirigente de setor de saúde pública;
- ✚ Reforço e equipamento de inspeção hospitalar a forma a atenuar venda ilegal de medicamentos;
- ✚ Eleaboração de plano de emergência exequível para o setor da saúde;

C) NO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Os delegados ao 25º Conselho de Paz relataram o aumento de preço de produtos de primeira necessidade no mercado nacional, baixa de preço de castanha de caju, assim como a fuga do produto para o estrangeiro na linha de fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal, a falta de emprego, principalmente nos jovens, o que motiva aumento de delinquência e de criminalidade no país. Neste particular, os delegados recomendam:

- ✚ Elaboração da política nacional de agricultura exequível e combater a monocultura de caju;
- ✚ Adoção de políticas públicas e reforço de mecanismo para disciplinar o mercado e observar livre circulação de pessoas e bens nos espaços comunitários;
- ✚ Criação de políticas públicas para o emprego (jovem);
- ✚ Criação de Escolas de formação técnica e profissional e mecanização de agricultura;
- ✚ Criação de políticas públicas de inserção social e apoio aos desempregados;
- ✚ Criação de banco de crédito para financiar iniciativas empreendedoras locais;



D). NO CAMPO DA JUSTIÇA:

No setor de Justiça, a greve em curso sem uma saída, perante ondas de violências que se verifica no país, na qual as instâncias colaboradoras (Polícia e Guarda Naciobal) estão sem meios para uma boa colaboração e as regiões não possuem delegacias de Polícia Judiciária. As instituições judiciais (os tribunais) continuam distantes do público, não obstante a intervenção de Centro de Acesso à Justiça e Kumpuduris di Paz estarem na consciencialização e mediação dos conflitos nas comunidades, a acessibilidade ainda está longe de expectativa, conforme os relatos dos delegados ao Conselho de Paz.

As eleições criticadas pela oposição e sociedade civil, no Supremo Tribunal de Justiça é dos aspetos que mereceram a preocupação dos delegados ao Conselho de Paz. Pelo que, os participantes recomendam:

- ✚ Diálogo permanente entre o governo e organizações sindicais do setor de justiça;
- ✚ Abertura dos tribunais setoriais, equipamento, colocação dos técnicos e alargamento de Centros de Acesso à Justiça;
- ✚ Fiscalização dos trabalhos de magistrados judiciais;
- ✚ Busca de grande consenso em relação às eleições no Supremo Tribunal de Justiça;
- ✚ Colaboração com mediadores comunitários e criação de mecanismos legais para enquadramento mediação pacífica dos conflitos;
- ✚ Abertura de delegacias e equipamento de polícia judiciária nas regiões;

E). NO CAMPO DA POLÍTICA E GOVERNAÇÃO

Tomando em consideração a persistência da crise política no país, cuja dinâmica reflete-se na disputa de liderança na Assembleia Nacional Popular, nas eleições no Supremo Tribunal de Justiça e na caducidade dos membros da Comissão Nacional de Eleições. Situações que impactam diretamente na vida da população, uma vez que desde a abertura democrática nenhuma legislatura completou quatro e cinco anos como manda a Constituição da Guiné-Bissau. As regiões do país, encontram-se sem uma política de desenvolvimento local e os deputados não interagem com os eleitorados, a administração pública é partidarizada, a violência baseada no género é estruturalmente institucionalizada, há conflitos de posse de terra com proporções alarmantes nas regiões. Assim deram conta os delegados nos registos feitos no interior do país. Neste sentido, para fazer face aos problemas supracitados, os delegados recomendam:

- ✚ Apresentação e seguimento do relatório da missão de alto de nível da CEDEAO/UNOWAS, realização no âmbito das recomendações da cimeira dos chefes dos estados da África Ocidental para a reposição da ordem democrática na Guiné-Bissau;
- ✚ Realização de concursos para acesso as funções públicas e para postos de pessoal dirigente;
- ✚ Criação de condições para a realização de eleições autárquicas nas regiões que reúnem condições de acordo com a Lei Base das Autarquias;



- ✚ Promulgação de lei de mediação comunitária e instituir a profissão do mediador de conflitos
- ✚ Isenção aduaneira de materiais importados de caris humanitária;
- ✚ Implementação de governança eletrónica e capacitação contínua de gestores e administradores públicos;
- ✚ Revisão da Lei Eleitoral de forma a:
 - Permitir a observação eleitoral nacional;
 - Sancionar de acordo com as leis do país, os partidos e candidatos que fomentam a violência e tribalismo;
 - Determinar que os candidatos a cargos de deputados sejam comprovados residentes no círculo em que são candidatos;
- ✚ Revisão da lei de paridade, de forma a integrar sanções que efetivamente obrigam o cumprimento de alternância de género no preenchimento de listas de deputados e nos cargos da administração direta e indireta de estado;
- ✚ Divulgar a Lei de terra e criar mecanismos de mediação de conflito e de posse da terra no país;

F). NO CAMPO DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ponto tónico deste campo de observação foi a situação de exploração de minério, com destaque a zona norte do país, em Mansaba região de Oio e Verela, setor de São Domingos/Cacheu, neste último resultou na resposta violenta (incendio de máquina de prospeção de areia), na qual houve prisões e perseguições de alguns resistentes da comunidade. No mesmo capítulo, os delegados descreveram a persistência de desmatamento florestal, pesca ilegal, construção desenfreada nas zonas húmidas, assim como acordos assinados pelo estado que a população desconhece e exige a publicação dos mesmos. Perante a situação, os delegados recomendam:

- ✚ Publicação dos acordos assinados, e assegurar que a zona em que haja a exploração dos recursos naturais sejam realizados investimentos públicos a favor da população sejam mitigadas as consequências nefastas da exploração;
- ✚ Reforçar os mecanismos de proteção, conservação do meio ambiente, em particular nas áreas protegidas;
- ✚ Introduzir a educação ambiental nos currículos escolares e académicas;
- ✚ Rescindir acordos sobre a construção de zonas húmidas e reservas ambientais, que possam prejudicar o ecossistema e a reserva biológica desses locais;
- ✚ Criação de condições de controlo de agentes de Brigada de Proteção de Natureza e Ambiente, Guarda Florestal e guardas de parques;



G). NO CAMPO DA DEFESA E SEGURANÇA

Relatado o aumento de criminalidade no país, roubo de gado, homicídio, suicídio infanticídio, tráfico humano, exploração sexual de menores, coroado com a insuficiência de pessoal de segurança que se encontram sem meios para dar a resposta nas comunidades, estes, assim como, o recrutamento arbitrário de efetivos de defesa e segurança e a acusação de suposto envolvimento destes na política partidária, restrição de liberdades fundamentais (manifestação), poliferação de armas de fogo, constituem o registo de observação dos delegados ao 25º Conselho de Paz. Pelo que recomendam:

- ✚ Distanciamento de militares e paramilitares nas atividade políticas e partidárias;
- ✚ Implementação de reformas estruturais na força de defesa e segurança;
- ✚ Adoção de políticas de formação contínua de elementos de força de defesa e segurança;
- ✚ Revogação imediata do despacho de Ministério do Interior que interdita a manifestação pacífica e popular;
- ✚ Criação de condições de segurança, como instalações de postos de polícia com recursos humanos devidamente preparados;
- ✚ Reforço de segurança na zona fronteiriça leste, norte e Sul da Guiné-Bissau;
- ✚ Registo e sensibilização sobre as consequências de poliferação de armas de fogo;

H). NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

No setor de Comunicação social, os delegados anotaram a persistência na redução de espaço de livre exercício de jornalismo e de investigação, o surgimento do fenómeno do jornalismo político, a ausência de mercado de negócios para jornais e serviço publicitário, o empobrecimento dos órgãos e cobranças elevadas de taxas pelas autoridades que não subvencionam as rádios, jornais e televisões privadas e comunitárias. Problemas esses associados à falta de reforço de capacidade de jornalistas e técnicos de Comunicação Social. Os delegados aplaudiram ainda a iniciativa de Café jornalístico do Sindicato Nacional de Jornalistas e Técnicos de Comunicação Social em colaboração com o Projeto Fórum de Paz, espaço que para o público alvo serve de reforço de capacidade não só para homens e mulheres de imprensa, mas também, que contribui positivamente na formação de uma massa crítica e participativa na construção da Unidade e coesão Nacional.

Perante as anotações, os delegados recomendam os seguintes:

- ✚ Redução das taxas de licenças e alvará de funcionamento, sobretudo para as rádios comunitárias;
- ✚ Subvenção de órgãos de comunicação social, sobretudo as rádios comunitárias;
- ✚ Garantir o livre exercício de liberdade de expressão e formação contínua de profissionais de comunicação social;
- ✚ Promulgação de Lei de Carteira Profissional de jornalistas e técnicos de Comunicação Social;
- ✚ Cessação de perseguição e intimidação de jornalistas;



I). NO CAMPO DA CONVIVÊNCIA RELIGIOSA

No que diz respeito a este campo de observação, os delegados relataram situações que consideram perigo iminente, a segregação étnica e religiosa, coroada pelos discursos de ódio e divisionistas de certas sensbidades políticas (região de Biombo) e alguns atores sociais e religiosos, ainda, com aproximar das eleições gerais, a situação tende aumentar-se, facto que para os participantes ao 25º Conselho de Paz, põe em causa os valores comuns e o tecido da diversidade cultural guineense. Não obstante, as lamentações, os delegados registaram com satisfação a contribuição das instituições religiosas no desenvolvimento, na construção de serviços para atendimentos sanitários, escolas e apoio aos necessitados. Nete âmbito, os delegados recomendam:

- ✚ Apoio às ações religiosas a favor da paz, a construção de serviços de desenvolvimento comunitário (escolas, hospitais);
- ✚ Criação de lei que criminalize os discursos de ódio com pendor étnico e religioso;
- ✚ Promoção de sensibilização para os chefes tradicionais e líderes religiosos para manterem equidistantes a política partidária e respeito a convivência religiosa;
- ✚ Observação e cumprimento de preceito legal sobre a separação das instituições de estado e religiosas;

J). NO CAMPO DA CULTURA

Os delegados ao 25º Conselho de Paz descreveram a ausência de políticas públicas para a preservação de museus e patrimónios culturais, inversão de valores locais, aculturação, falta de bibliotecas nas regiões, facto que dizem comprometer o desenvolvimento turístico e de línguas e historias nacionais. Os Delegados realçam o papel que a diápora tem desempenhado no apoio às famílias. Pelo que recomendam que sejam:

- ✚ Criadas políticas públicas de fomento à cultura e sua divulgação;
- ✚ Criadas bibliotecas públicas e casas de cultura em todas as regiões de país;
- ✚ Pensada a estratégia de introdução da história e das linguas nacionais no ensino público;
- ✚ Desenvolvida a política de fomento do turismo respeitoso e harmonioso com as comunidades e de preservação de património cultural;
- ✚ Registrados todos os patrimónios culturais existentes no país;
- ✚ Divulgação da cultura da Guiné-Bissau no estrangeiro e apoio a comunidade guineense na diápora;

K). NO CAMPO DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS

No âmbito da Juventude Partidária, verificou-se o desconhecimento de ideologias políticas, recrutamento e uso inadequado de redes sociais, mais pela camada juvenil para incitar ódio, insultando os adversários, incentivar as revoltas e a separação étnico e tribal, discriminação das meninas, que raramente chegam a topo das lideranças partidárias. Não obstante os passos significativos dados pela Rede da Juventudes Partidárias criada pelo CTO★Fórum de Paz, no que tange ao diálogo interpartidário, mediação de conflitos nos partidos políticos, de acordo com os delegados ao 25º Conselho de Paz, os jovens continuam a ser alavanca dos problemas



políticos, que por meio das redes sociais e conferências de imprensa protagonizam eventos hediondos a favor das suas lideranças políticas.

Para efeito, os delegados recomendam:

- ✚ Capacitação contínua das juventudes e lideranças partidárias na cidadania, mediação de conflitos e boa governação;
- ✚ Divulgação de instrumentos políticos partidários internos e o ordenamento jurídico suprapartidário (Constituição da Guiné-Bissau, Lei-Quadro de Partidos Políticos);
- ✚ Promoção da participação política das meninas nas esferas de decisão nas respetivas estruturas de massa dos partidos políticos;
- ✚ Implementação de mecanismo de combate à violência baseada no género e da lei de quota nos partidos políticos;
- ✚ Implementação de mecanismo de fiscalização e de combate ao nepotismo, tribalismo e partidarização da administração pública;

Feito em Canchungo, a 25 de maio de 2025